



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PAUTA DA 30ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**21/11/2018
QUARTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senadora Fátima Bezerra
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata**



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/11/2018.**

30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater o "Estágio atual de implantação da Política Pública Nacional de Segurança de Barragens em âmbito Federal".	8

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		MDB	
Hélio José(PROS)(14)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	1 Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Elmano Férrer(PODE)(8)(35)(31)(34)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	2 Simone Tebet(14)(8)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Waldemir Moka(10)(8)	MS (61) 3303-6767 / 6768	3 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	4 Dário Berger(8)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Humberto Costa(PT)(4)(12)	PE (61) 3303-6285 / 6286	1 Paulo Paim(PT)(4)(12)(24)	RS (61) 3303-5227/5232
Fátima Bezerra(PT)(4)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	2 Jorge Viana(PT)(4)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Paulo Rocha(PT)(4)	PA (61) 3303-3800	3 José Pimentel(PT)(4)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Regina Sousa(PT)(4)	PI (61) 3303-9049 e 9050	4 Acir Gurgacz(PDT)(4)	RO (061) 3303-3131/3132
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Ataídes Oliveira(PSDB)(5)	TO (61) 3303-2163/2164	1 Flexa Ribeiro(PSDB)(5)	PA (61) 3303-2342
VAGO(5)(11)		2 Antonio Anastasia(PSDB)(15)(7)(21)	MG (61) 3303-5717
Davi Alcolumbre(DEM)(15)(7)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722	3 Tasso Jereissati(PSDB)(11)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Sérgio Petecão(PSD)(3)	AC (61) 3303-6706 a 6713	1 José Medeiros(PODE)(3)	MT (61) 3303-1146/1148
Ciro Nogueira(PP)(3)	PI (61) 3303-6185 / 6187	2 VAGO(17)(27)(33)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Lídice da Mata(PSB)(1)	BA (61) 3303-6408	1 Antonio Carlos Valadares(PSB)(19)(22)(26)(23)(30)	SE (61) 3303-2201 a 2206
VAGO(2)(18)(28)(32)		2 VAGO	
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Wellington Fagundes(PR)(6)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Armando Monteiro(PTB)(6)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125
VAGO(6)(16)(25)(29)		2 Eduardo Lopes(PRB)(6)	RJ (61) 3303-5730

- (1) Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPPO).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (7) Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (8) Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- (9) Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- (10) Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- (11) Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- (12) Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- (13) Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).
- (14) Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
- (15) Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPPO).
- (18) Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
- (19) Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).

- (20) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (21) Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
- (22) O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
- (23) Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
- (24) Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
- (25) Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
- (26) Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
- (27) Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
- (28) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
- (29) Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
- (30) Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
- (31) Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
- (32) Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
- (33) Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
- (34) Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
- (35) Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): MARCUS GUEVARA SOUSA DE CARVALHO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4282
FAX: 3303-1627

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdr@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 21 de novembro de 2018

(quarta-feira)

às 09h

PAUTA

30ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO -
CDR

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater o "Estágio atual de implantação da Política Pública Nacional de Segurança de Barragens em âmbito Federal".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDR 11/2018](#), Senador Elmano Férrer
- [RDR 26/2018](#), Senadora Fátima Bezerra

Convidados:

Representante

- Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH)

Representante

- Agência Nacional de Águas (ANA)

Representante

- Ministério da Integração Nacional (MI)

Representante

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)

Representante

- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

Representante

- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

José Procópio de Lucena

- Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu

Aristides Santos

- Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)

Representante

- Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)

Rodrigo Guimarães de Carvalho

- Presidente do Comitê da Bacia do Rio Apodi, em Mossoró/RN

Dom Flávio Augusto Irala

- Presidente da Confederação Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)

Representante

- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Representante

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Representante

- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Representante

- Associação Norte-Rio Grandense de Criadores (ANORC)

Representante

- Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FAERN)

Representante

- Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN)

Representante

- Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Norte (FETRAF)

Representante

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN)

1



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

REQUERIMENTO Nº 26 , DE 2018-CDR

Requeiro nos termos regimentais e em aditamento ao Plano de Trabalho: Avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragem que atende ao RDR de nº 11, de 2018, que sejam convidados para a audiência pública a ser realizada no dia 21 de novembro de 2018:

1. Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;
2. Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pinacó-Piranhas-Açu: Procópio Lucna;
3. Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag): Aristides Santos;
4. Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA;
5. Presidente do Comitê da Bacia do Rio Apodi, em Mossoró: Presidente Rodrigo Guimarães de Carvalho;
6. Presidente da Confederação Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - Conic: Presidente Dom Flávio Augusto Irala.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2018.

Senadora FÁTIMA BEZERRA

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília/DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 - fatima.bezerra@senadora.leg.br



SF/18850.23483-78

Página: 1/1 05/11/2018 17:05:53

90b7e97e491753b0ea1e3c48ff0a80cfb5bb713f



- UERU.
UTERU
UTERSA
AURC
FAERU
FIERU.
FETRAF
FETARU -



SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Avaliação de Políticas Públicas
(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens

Presidente: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Vice-Presidente: Senadora **LÍDICE DA MATA**

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

1. APRESENTAÇÃO

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Avaliações dessa natureza têm como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração da eficiência, da eficácia e da efetividade de determinadas políticas públicas. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público e pode indicar a necessidade de aprimoramento do marco legal pertinente.

O mencionado artigo do RISF determina que “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência,

políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”. Com base nesse dispositivo, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza, em 2018, a avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens, conforme o Requerimento da CDR nº 11, de 2018, aprovado em 25 de abril do ano corrente.

No âmbito federal, a segurança de barragens é disciplinada pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A lei aplica-se às barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

A PNSB define responsabilidades, cria procedimentos de segurança, define instrumentos e competências, normatiza os vários aspectos das barragens e enfatiza a questão da segurança com vistas a proteger as vidas humanas. A lei em questão também institui o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) como um dos instrumentos da Política.

Outro importante instrumento da PNSB é o sistema de classificação de barragens, segundo o qual as barragens são classificadas por categoria de risco, pelo dano potencial associado, e por volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Conforme a Lei nº 12.334, de 2010, a classificação por categoria de risco em alto, médio ou baixo será feita em função das características técnicas, do estado de conservação do empreendimento e do atendimento ao Plano de Segurança da Barragem. Já a classificação por categoria de dano potencial associado em alto, médio ou baixo será feita em função do potencial de perdas de vidas humanas e dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da ruptura da barragem.

Segundo o mais recente Relatório de Segurança de Barragens, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) com dados consolidados até 31 de dezembro de 2016,¹ 3.691 barragens já foram classificadas por categoria de risco e 4.159 quanto ao dano potencial associado. Esses números são, no entanto, apenas uma fração das 22.920 barragens identificadas. Desse modo, 19.229 barragens ainda não foram avaliadas quanto à categoria de risco e 18.761 ainda não foram classificadas quanto ao dano potencial associado. Além disso, apenas 12.580 (ou 55%) estão regularizadas, ou seja, possuem algum tipo de ato de autorização, como outorga, concessão, autorização ou licença, entre outros.

Das barragens já analisadas, 695 foram classificadas simultaneamente nas categorias de alto risco e alto dano potencial associado. De acordo com levantamento consolidado pela ANA, essas barragens estão fortemente concentradas nos estados do

¹ Disponível em <https://bit.ly/2xVdwiL> (Acesso em 08/06/2018).

Nordeste, especialmente Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Além disso, as 29 entidades efetivamente fiscalizadoras² existentes no Brasil listaram as 25 barragens que mais preocupam, ainda que não necessariamente classificadas como de alto risco ou alto dano potencial associado, por possuírem algum comprometimento importante (verificado por inspeções *in loco*) que impacta sua segurança. Mais uma vez, as barragens assim identificadas se concentram nos estados do Nordeste, em especial no Ceará.

Em 5 de novembro de 2015, ocorreu o maior desastre ambiental já registrado no Brasil. O rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, localizada no município de Mariana, em Minas Gerais, provocou dezenove mortes e praticamente soterrou o distrito de Bento Rodrigues, situado logo a jusante da barragem. A onda de lama causou sérios danos sociais, econômicos e ambientais no seu percurso de 663 km até a foz do rio Doce, no Espírito Santo.

Na esfera de atribuições do Poder Legislativo, propomos atividades que permitam ao Senado Federal exercer suas competências legislativa, orçamentária e fiscalizatória.

² No Brasil, há 43 entidades potencialmente fiscalizadoras, mas, desse total, apenas 29 possuem barragens sob sua responsabilidade fiscalizatória.

No plano legislativo, é preciso avaliar a necessidade de aperfeiçoamento da Lei da PNSB, bem como de regulamentação adicional. O objetivo principal é aperfeiçoar os dispositivos que tratam dos planos de segurança de barragem, dos planos de ação de emergência, das inspeções de segurança regular e especial e da revisão periódica de segurança de barragem.

Nos planos orçamentário e fiscalizatório, deve-se verificar se as entidades competentes são dotadas dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários para, em todo o território nacional, aferir a segurança das barragens e garantir a realização dos reparos necessários para prevenir perdas humanas e prejuízos econômicos.

As atividades a seguir propostas objetivam levantar dados necessários para se fazer uma avaliação adequada dessas políticas.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a presente avaliação, propõem-se as seguintes atividades:

- Encaminhamento de requerimentos de informações sobre o tema da avaliação aos órgãos fiscalizadores federais: Agência Nacional de

Águas, Agência Nacional de Energia Elétrica e Agência Nacional de Mineração;

- Encaminhamento de requerimentos de informações sobre o tema da avaliação aos órgãos empreendedores federais: Ministério da Integração Nacional, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Levantamento e análise da legislação afeta ao tema da avaliação;
- Realização de audiências públicas, inclusive em outros estados, para verificar *in loco* a situação da segurança de barragens e a atuação dos órgãos fiscalizadores e empreendedores federais e estaduais.

Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do poder público, da academia e da sociedade civil.

Finalmente, o Plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, a ser apreciado pela CDR até o final desta sessão legislativa.

3. CRONOGRAMA

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:



SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Data	Atividade	Local	Convidados
A definir (21/11)	Audiência pública Tema: Estágio atual de implantação da Política Nacional de Segurança de Barragens em âmbito federal.	Brasília Senado Federal	Representantes dos seguintes órgãos: - Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH) - Agência Nacional de Águas (ANA) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Agência Nacional de Mineração (ANM) - Ministério da Integração Nacional - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
A definir	Audiência pública regional Tema: Lições sobre segurança de barragens aprendidas com o desastre da	Cocal (PI)	Representantes dos seguintes órgãos: Entidades Fiscalizadoras: - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR/PI)

	Barragem de Algodões— Cocal (PI)		–Ministério Público Federal (MPF) –Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI) –Órgãos Empreendedores/Pesquisa/Gestão: –Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) –Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) –Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí (IDEPPI) –Academia: –Universidade Federal do Piauí (Engenharia Civil) –Universidade Estadual do Piauí (Engenharia Civil) –Sociedade Civil: –Associação das Vítimas e Amigos da Barragem de Algodões (AVABA)
Data	Atividade	Local	Convidados
A definir (3/12)	Audiência pública regional Tema: Segurança de barragens	Teresina (PI)	Representantes dos seguintes órgãos: - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Piauí (SEMAR/PI). - Representantes dos Governos dos Estados do Nordeste ligados à área de segurança de barragens - Ministério Público Federal (MPF) - Ministério Público do Estado do Piauí (MPE-PI) - Órgãos Empreendedores:

			- Ministério da Integração Nacional - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) - Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM) - Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí (IDEPI) - Academia: - Universidade Federal do Piauí (Engenharia Civil) - Universidade Estadual do Piauí (Engenharia Civil) - Sociedade Civil: - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (CREA/PI) - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba
A definir	Audiência pública regional Tema: Segurança de barragens	Natal (RN)	Representantes dos seguintes órgãos: - Entidade Fiscalizadora: Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN)

Senador ELMANO FÉRRER
Relator



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

REQUERIMENTO Nº 26 , DE 2018-CDR

Requeiro nos termos regimentais e em aditamento ao Plano de Trabalho: Avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragem que atende ao RDR de nº 11, de 2018, que sejam convidados para a audiência pública a ser realizada no dia 21 de novembro de 2018:

1. Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;
2. Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pinacó-Piranhas-Açu: Procópio Lucna;
3. Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag): Aristides Santos;
4. Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA;
5. Presidente do Comitê da Bacia do Rio Apodi, em Mossoró: Presidente Rodrigo Guimarães de Carvalho;
6. Presidente da Confederação Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil - Conic: Presidente Dom Flávio Augusto Irala.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2018.

Senadora FÁTIMA BEZERRA

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília/DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 - fatima.bezerra@senadora.leg.br



SF/18850.23483-78

Página: 1/1 05/11/2018 17:05:53

90b7e97e491753b0ea1e3c48ff0a80cfb5bb713f



- UERU.
UTERU
UTERSA
AURC
FAERU
FIERU.
FETRAF
FETARU -